



O LIVRO DIDÁTICO NA BIBLIOTECA ESCOLAR: CONTRADIÇÕES NO SUJEITO DISCURSIVO

THE DIDACTIC BOOK IN THE SCHOOL LIBRARY: CONTRADICTIONS AT THE DISCURSIVE SUBJECT

Solange Palhano de QUEIROZ

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Paraná, Brasil
solangepalhano@utfpr.edu.br

Resumo. Este artigo propõe uma análise à luz dos estudos linguísticos, mais especificamente a análise do discurso com filiação em Pêcheux, sobre o ato de acondicionar (ou não) o livro didático na biblioteca escolar por ocasião da entrega (e posterior devolução) desse material enviado pelo Ministério da Educação aos alunos. A heterogeneidade e a contradição no sujeito discursivo nos diferentes discursos instaurados a partir do entendimento da materialidade discursiva são consideradas na análise da Resolução nº 60 de novembro de 2009 que dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação Básica.

Palavras-chave: Biblioteca escolar. Livro Didático. Análise do Discurso.

Abstract. This article propose an analysis in the light of linguistic studies, specifically the discourse analysis with membership at Pêcheux, about the act of to lodge the didactic book in the school library by occasion of delivery and after return of this material sent from Ministry of Education for students. The heterogeneity and contradictions at the discursive subject, at the different discourses entrenched from understanding about discursive materiality are considered at analyze of 60th Resolution of 2009th November, which dispose about the National Program of Didactic Book for Basic Education.

Keywords: School library. Didactic Book. Discourse Analyze.

1 INTRODUÇÃO

A Análise do Discurso é um campo da linguística que analisa as construções ideológicas presentes no sujeito discursivo. Portanto, um gesto de interpretação, uma leitura possível. Neste sentido, a acepção de leitura aqui empregada diz respeito à leitura como prática social que mobiliza o interdiscurso e conduz o leitor, sujeito histórico, a inscrever-se em uma interpretação possível. Ler é “mergulhar em uma teia discursiva invisível construída de já-ditos para desestruturar o texto e (re) construí-lo, segundo os saberes da posição-sujeito em que se inscreve o sujeito-leitor” (INDURSKY, 2001). A leitura, tida como um gesto de interpretação, não é uma leitura à revelia. É uma desconstrução. O sentido sempre pode ser outro, mas não pode ser qualquer um, visto que não se pode ler o que o texto (materialidade discursiva) não nos permite. O sentido depende do sujeito no modo como é interpelado ideologicamente (ORLANDI, 1996, p. 64).

Neste breve exercício de análise, evidenciaremos os diferentes discursos instaurados a partir do entendimento da materialidade discursiva da Resolução nº 60 de novembro de 2009 que dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação Básica à biblioteca escolar e o entrecruzamento dos aspectos sociais, históricos e ideológicos na linguagem, a partir dos quais emergem as diferentes vozes constitutivas do sujeito discursivo¹.

A materialidade da língua pressupõe um sujeito que enuncia afetado pelo inconsciente e pela ideologia, sujeito inscrito na história (CAZARIN, 2006, p. 300). Portanto, um discurso deve ser analisado a partir da rede de memória considerando-se a possibilidade de (des) estruturação e (re) estruturação dessa rede. Sendo assim, a interpretação é possível porque há o outro nas sociedades e na história. É com o outro que se estabelece uma relação de ligação e identificação que possibilita a interpretação. Nessas condições, o interdiscurso² funciona como um “lugar”.

O discurso constitui-se do entrecruzamento de diferentes discursos em oposição e que se negam, se contradizem. Encontramos em Bakhtin a noção de dialogismo e polifonia. Tendo origem no texto literário como objeto de estudos, esses conceitos possibilitaram a compreensão da natureza heterogênea constitutiva da linguagem e dos sujeitos. Para Bakhtin, o sujeito e o discurso é o resultado da interação social estabelecida com os diferentes segmentos em um mesmo ou em diferentes âmbitos sociais (FERNANDES, 2008, p. 27).

Em Bakhtin (2004, p.36; 46), o signo linguístico é ideológico. É também arena onde a luta de classe se faz presente. É na “pluralidade social do signo linguístico” que a polifonia se faz presente, isto é, há diferentes vozes presentes no enunciado. Desta forma, o sentido muda conforme a posição (voz) do sujeito. Essas vozes, ou ainda, esses diferentes pontos de vista no discurso podem estar no limiar do discurso e com bastante evidência ou de forma invisível, mas estão lá, presentes. O princípio dialógico implica pensar o contexto completo em que se dá as ações para daí percebermos a direção do interdiscurso. Portanto, é preciso ter em mente a situação social e histórica concreta do sujeito inscrito em determinada ordem do discurso. É o que defende Foucault ao se preocupar com as relações de poder, isto é, para enunciar nos inscrevemos numa ordem do discurso e, conseqüentemente, o temor do discurso cria um sistema de controle (GREGOLIN, 2004, p. 97). É o que estabelece a tese principal de Foucault, visto que é dele a interpretação de que em toda sociedade há um controle na produção do discurso visto que, uns discursos podem ser ditos e outros não (FOUCAULT, 2009, p.8; 9).

O sujeito discursivo é plural, atravessado por uma pluralidade de vozes. Inscreve-se em diferentes formações discursivas e ideológicas. Na heterogeneidade discursiva observa-se o atravessamento da voz do “outro” no discurso e, então, emergem-se as formações discursivas e a produção de sentidos.

¹Na Análise do Discurso o sujeito discursivo não é o sujeito empírico. Trata-se do sujeito constituído na inter-relação social. Este é o centro de seu dizer, pois em sua voz, há um conjunto de outras vozes que se manifestam (FERNANDES, 2008, p.21).

²O interdiscurso é a presença de diferentes discursos, oriundos de diferentes momentos na história e de diferentes lugares sociais, entrelaçados no interior de uma formação discursiva, constitutivos de uma formação discursiva dada (FERNANDES, 2008, p.49).

O discurso desse “sujeito” se dá no cruzamento do interdiscurso e intradiscurso, entre o vertical (histórico) e o horizontal (linguagem), conforme salienta Mittmann (2010, p.86):

O discurso se dá no cruzamento do eixo vertical, da materialidade histórica, com o eixo horizontal, da materialidade linguística. Tanto o que é do vertical como o que é do horizontal trazem o repetível, isto é, a estrutura e o cruzamento dos dois eixos é da ordem da atualidade, do particular.

O discurso ressoa, está disperso na memória do dizer, no interdiscurso. É pela memória discursiva que os “dizeres” se repetem, no interdiscurso.

As diferentes vozes podem ser percebidas na acepção de biblioteca, conforme indicado na continuidade deste texto, antes porém, consideremos as características do documento escolhido como materialidade discursiva da nossa análise.

2 RESOLUÇÃO Nº 60 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2009

A Resolução n. 60 de 20 de novembro de 2009 “dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para a educação básica”. Tendo em vista o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Plano Nacional de Educação, quanto à universalização do acesso e à melhoria da qualidade da educação básica, bem como a previsão constitucional sobre o fornecimento de material didático, o referido documento estabelece a seguinte resolução no artigo 1º como segue: “(Art.) 1º Prover as escolas públicas de ensino fundamental e médio com livros didáticos...”. Desta forma, as escolas do ensino fundamental e médio são beneficiadas com livros didáticos, seriados e reutilizáveis que contemplam conteúdos curriculares da alfabetização, matemática e letramento, no caso do ensino fundamental. Há também os livros didáticos de ciências, história e geografia para 2º ao 9º ano e língua estrangeira (inglês ou espanhol) do 6º ao 9º ano. E, livros didáticos filosofia e sociologia e língua estrangeira (inglês ou espanhol) para o ensino médio.

Tomamos esta resolução como diretriz para orientar a análise e discussões deste artigo, especialmente porque nos interessa a materialidade que provoca diferentes percepções a respeito da guarda do livro didático na biblioteca escolar.

Nas estratégias para execução, afirma-se: “Art 7 A execução do Programa ficará a cargo do FNDE³ e contará com a participação da SEB, das secretarias de educação dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, das escolas participantes e dos professores, por meio de procedimentos específicos e em regime de mútua cooperação, de acordo com as competências seguintes”.

Para os objetivos deste trabalho destacamos na sequência o Inciso IV – às escolas participantes, alínea c: promover ações eficazes para garantir o acesso, o uso, a conservação e a devolução dos livros didáticos reutilizáveis pelos alunos, inclusive promovendo ações para conscientização de alunos, pais ou responsáveis.

Finalmente, nos interessa também o art. 8º que reza no parágrafo 5º: Fica a cargo das escolas atribuir ao responsável pelo aluno a obrigação de cumprir as normas de utilização, conservação e devolução dos livros didáticos [...]”.

Após selecionar estes trechos do documento passaremos à análise do mesmo a fim de identificar o discurso apresentado nesta materialidade tão logo considerarmos as acepções à biblioteca e a questão do livro didático nesse espaço.

³ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

3 A ACEPÇÃO DE BIBLIOTECA A PARTIR DO SUJEITO DISCURSIVO

Nas acepções advindas do senso comum, a biblioteca é tradicionalmente percebida como um espaço de organização e manutenção de livros. Seu estereótipo foi instaurado há muito tempo. Neste aspecto há uma dimensão simbólica que traduz concepções historicamente constituídas que compreende a biblioteca como depósito de livros (CHARTIER, 1999). Tal conceito é percebido também na tradução literal do termo: Biblio “livro”, theke “depósito”. Reforçando este conceito, o dicionário Houaiss, uma referência da cultura escrita brasileira, traz em seu verbete:

biblioteca s.f. 1 coleção de livros 2 p.met. lugar onde se guarda coleções de livros 2.1 p.met. edifício ou recinto onde ficam depositadas, ordenadas e catalogadas diversas coleções de livros, periódicos e outros documentos, que o público, sob certas condições, pode consultar no local ou levar de empréstimo. [...]

A noção de biblioteca como lugar de livros está associada à concepção de biblioteca como lugar sagrado, templo do saber, com sua aparência de paz e ordem que remonta às antigas bibliotecas monásticas.

No entanto, na concepção atual de biblioteca escolar defendida por alguns autores (AGUIAR, 2006; COLOMER, 2003; FRAGOSO, 2011; PERROTTI, 1990), ela deixa de ser um mero repositório de livros para constituir-se num espaço privilegiado na educação formativa, um espaço de expressão e aprendizagem. Portanto, sua configuração é outra.

Foucault (2010, p. 26) insta: “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”. É o que o autor ressalta ao mencionar os procedimentos internos de controles do discurso, em especial, o comentário⁴

Se, na acepção consagrada de biblioteca como “lugar de livros” emerge o novo, a acepção antiga não deixa de existir. Ocorre sua ressignificação que se evidencia nas relações interdiscursivas. E, nesse campo semântico as palavras passam a ser outras: biblioteca dinâmica, biblioteca interativa, biblioteca viva, espaço de aprendizagem. Há o apagamento da biblioteca monástica e esse sujeito discursivo “reestabelece” a nova biblioteca.

Percebe-se conceitos distintos de bibliotecas a partir da inscrição do sujeito. Conforme solicita Pêcheux (1988, p. 160): “As palavras, expressões, proposições, etc., adquirem sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”. Nesta nova configuração, a biblioteca escolar é um espaço educativo indispensável para o processo de ensino e aprendizagem numa instituição de ensino, conforme avalia o “Manifesto da IFLA/UNESCO para biblioteca escolar” (IFLA, 2013).

Dentre as características desse tipo de biblioteca podemos elencar: ela é sediada num estabelecimento de ensino da educação básica, portanto, se enquadra em um recorte de ensino, utiliza materiais bibliográficos diversos e em diferentes suportes. Seus usuários abrangem vários segmentos da comunidade escolar e, em alguns casos, fora dela (educandos, professores, técnicos administrativos, pais, comunidade local). Portanto, seus serviços não se restringem a empréstimo e devolução de livros, mas também envolvem eventos culturais, projetos em conformidade com as propostas educacionais da escola. Ainda, como disseminador do conceito de biblioteca enquanto organismo dinâmico, surge a figura do mediador de leitura⁵ (o bibliotecário, o auxiliar, ou o servidor readaptado) que possibilita, na especificidade que lhes é própria, facilitar a inserção da biblioteca escolar no projeto político pedagógico da escola, visto que sua perspectiva educadora lhe permite promover a interdisciplinaridade a partir da atuação da biblioteca escolar. As concepções possíveis para a biblioteca escolar se dará a partir do “lugar” do sujeito-discursivo e é desse “lugar” que emerge a

⁴ O comentário repete e retoma o que se diz nos textos primários a fim de trazer à luz uma pretensa verdade originária que permanece oculta. A relação entre textos primários e secundários, entre textos que podem ser ditos e textos que dizem o que já foi dito, limita as possibilidades discursivas impondo como limite os textos primários (CASTRO, p.119).

⁵ Leitura entendida aqui mais do que atribuição de significados do código escrito, tem a função de se fazer compreender além do código impresso nas diversas formas de letramento, no exercício das práticas sociais de leitura e escrita que circulam na sociedade contemporânea.

biblioteca viva e dinâmica como espaço de aprendizagem. Àquele que está na coordenação da biblioteca escolar, seja o professor ou bibliotecário, situação pouco comum nas instituições públicas, cabe o enriquecimento das ações que nela poderá ocorrer.

O investimento político e econômico em torno do livro e da leitura nos últimos anos tem se mostrado bem expressivo em nosso país. Seja no âmbito estatal ou social, em campanhas e debates sobre o tema. As iniciativas com o objetivo de ampliar as possibilidades de leituras são inúmeras. Agora é a hora e a vez do mediador de leitura nesse espaço para atuar de maneira a retratar a biblioteca dinâmica. Na biblioteca escolar deixa de existir o guardião de livros para dar lugar ao mediador que fomentará ações em prol da leitura. Se, antes, o livro de literatura permanecia na estante à espera do usuário até que fosse retirado, agora, nesta biblioteca reconfigurada, o mediador o oferece e o “leva” até o usuário. As ações desenvolvidas na biblioteca escolar muito dependerá do responsável pela biblioteca, seja o bibliotecário ou aquele que ocupa seu lugar, e da sua inscrição discursiva. A partir desta inscrição será o tratamento dado ao livro didático na biblioteca.

4 A DISTRIBUIÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO NA ESCOLA: IMPLICAÇÕES PARA A BIBLIOTECA ESCOLAR

Que o livro didático é uma forte tradição na educação brasileira não se contesta. Assim como não se contesta também o seu lugar em sua trajetória histórica até a sua ampla utilização. Neste aspecto, Silva (2009, p.53) traz o seu ponto de vista de maneira enfática:

O vigor do livro didático advém da anemia cognitiva do professor. Enquanto este perde peso e importância no processo de ensino, aquele ganha proeminência e atinge a esfera da imprescindibilidade. De meio (que deveria ser), o livro didático passa a ser visto e usado com um fim mesmo.

A despeito da finalidade do livro didático na aprendizagem, recorremos a Colomer e Camps (2008, p.68) para realizar apenas um apontamento dentre tantos possíveis. No que concerne à importância de trabalhos com textos variados em sala de aula, as autoras lembram que a escola tratou a leitura como uma capacidade a ser utilizada sempre da mesma maneira, inscrevendo o princípio da homogeneidade. Os alunos, por sua vez, trazem do seu cotidiano a leitura no seu uso real em situações que permitem uma gama de “usos leitores” e variáveis linguísticas adequadas a cada tipo de texto. O livro didático apresenta sua limitação a esse respeito. A biblioteca, por outro lado, conta com uma gama de textos à disposição dos alunos. No espaço da biblioteca, além da sala de aula, é possível apresentar-lhes textos variados a partir do seu acervo e em diferentes suportes.

À parte essas discussões e para o objetivo deste trabalho, vamos nos ater à distribuição do livro didático ao aluno por ocasião da sua chegada à escola.

A chegada do livro didático à escola acarreta transtornos para biblioteca escolar. Esta condição pode ser notada quando vem à baila nas listas de discussões ou mesmo no dia a dia do bibliotecário escolar que lida diretamente com esta realidade.

A questão que se desenrola, em algumas escolas, diz respeito à distribuição e controle do livro didático aos estudantes. Até que sejam distribuídos, onde acondicionar esses livros? A falta de espaço físico nas escolas para acondicionar esse material é comum. Não existe uma sala que possa ser utilizada como depósito. A Resolução nº 60 de novembro de 2009 que dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação Básica menciona apenas que a responsabilidade da distribuição é da escola. A escola, por sua vez é um coletivo, isto é, composta por vários setores. Quem toma as decisões a esse respeito é a direção ou repassa à coordenação pedagógica a tomada de decisão. E, em se tratando de livros...O que vem a seguir? Os livros didáticos recém-chegados irão para a biblioteca. Afinal, “lugar de livros é na biblioteca”. O que contribui para esse efeito de sentido é a longa história das bibliotecas tidas como lugar de livros. E, as decisões são tomadas: os livros didáticos ficarão na biblioteca porque não há outro espaço disponível. Em não havendo opinião contrária, concretiza-se o ato.

Temos outros efeitos de sentidos produzidos em oposição à aceção de biblioteca como depósito de livros que delineia um funcionamento discursivo diferente em relação à biblioteca escolar.

Referimo-nos a uma atualização que emerge daquelas já enraizadas nas práticas discursivas e no cotidiano de muitas bibliotecas e da qual será tratada adiante.

O que contribui para concretizar este acontecimento é o fato de que a distribuição de livros acontece ao início e final do ano, ocasião em que os alunos não estão na escola. Por conseguinte, as mesas dispostas na biblioteca ficam abarrotadas com livros didáticos à espera da distribuição aos alunos, ocupando o espaço físico destinados à permanência destes estudantes naquele local. Os estudantes poderiam estar ali, caso fosse realizado um trabalho de sedução com os livros de literatura a partir do acervo da biblioteca. Mostrar-se disponível ao aluno por meio de práticas educativas, visando a formação do leitor, seria o primeiro passo para a sedução do leitor em formação. O recesso escolar é uma excelente oportunidade à biblioteca da escola para envolver-se com práticas leitoras. A proposta é: estar de portas abertas para recepcionar os alunos de forma acolhedora, com projetos de leitura, aberta aos pais e comunidade local. Neste caso, ela atenderia aos propósitos da concepção atual de biblioteca escolar: um organismo vivo e dinâmico integrado ao processo educacional.

No entanto, a realidade para muitas bibliotecas ainda é estar de portas fechadas durante o recesso. O que acontece também durante o período de aulas, isto é, permanecer boa parte do tempo fechada é muito corriqueiro, já que concebem sua existência apenas em relação ao horário de aula, posto que o ensino ocorre em sala de aula. Os setores de “apoio”⁶, onde se insere a biblioteca escolar, são ferramentas, instrumentos que não possuem uma estratégia pedagógica diferenciada e estão ali a serviço do professor e da sala de aula, pouco significando quando realiza ações específicas (ALMEIDA JÚNIOR, 2006, p.48).

De modo que o fatídico evento do livro didático acondicionado na biblioteca vem compor o cenário da educação brasileira e se junta ao conjunto de fatores que fragilizam a formação do leitor. Dentre tantos que poderiam ser citados, Dias (2009, p.15; 18) menciona o “inegável descompasso entre a realidade da escola e aquela experimentada fora dos seus portões”. Conforme salienta o autor, a questão não é apontar culpados, nem tampouco ignorar “o problema da crise da leitura que assola, muitas vezes silenciosamente, uma parte considerável do alunado”, mas buscar estratégias para que os educandos se constituam como leitores em formação.

Entretanto, é possível vislumbrar outros horizontes em meio a esse mar de preocupações com a educação brasileira em se tratando das bibliotecas escolares. A condição lamentável deste tipo de biblioteca (a escolar) não é absoluta. No que deveria ser uma regra, encontramos exceções. Citemos o caso bem sucedido das bibliotecas escolares do estado de Minas Gerais. Lá ocorre a aplicação da “política de acervo”, um documento denominado “Política de desenvolvimento de acervo das bibliotecas escolares da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte” (BELO HORIZONTE, 2009, p.13) que reza:

O livro didático enviado pelo Ministério da Educação através do Programa Nacional do Livro Didático ao aluno não é acervo de biblioteca. Esse tipo de obra é de uso dos alunos em sala de aula e não é registrado, pois, como obra integrante do catálogo da biblioteca. A validade imposta a esses materiais é de 3 (três) anos – segundo recomendações do MEC – e eles devem ser encaminhados para doação após esse período para outras instituições públicas ou descartadas por meio de licitação.

Embora os dizeres no documento se reportem a questão do livro didático não fazer parte do acervo, o feito de sentido pelo sujeito-discursivo nessas condições de produção nos leva a adoção da acepção de biblioteca dinâmica e por essa razão não ocorre o acondicionamento do livro didático nas bibliotecas escolares de Belo Horizonte.

A interpretação que temos aqui, baseada na leitura destas palavras e também no contexto que gera esta citação, se refere ao que deve compor o acervo da biblioteca e que o catálogo da biblioteca deve

⁶ O termo apoio neste contexto, diz-se da condição de atendimento de necessidades surgidas exclusivamente em sala de aula. Sua função pedagógica é secundária e isso é tido como suficiente. A biblioteca escolar é um complemento de trabalhos desenvolvidos em sala de aula. Nessas condições, sua importância e reconhecimento só virão quando suas ações forem também realizadas independentemente de cada uma das disciplinas, contribuindo na interação do conjunto de disciplinas.

se ocupar do que prevê a Lei 12.244 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares que estipula um título para cada aluno matriculado. Esta é uma condição bem diferente pensada para a biblioteca escolar há muito tempo.

Foucault salienta que a história deve ser compreendida a partir da análise das transformações pelas quais a sociedade passa, o que é muito diferente da postura estruturalista cujo método rigoroso de critérios positivistas apresenta-se sem muita relação com o objeto e a história (MOTTA, 2000). Considerando que para a Análise do Discurso a materialidade está associada a uma historicidade, uma vez que não há a ressurreição do passado, mas mudança dos acontecimentos, em se tratando da história das bibliotecas, entendemos que algumas concepções historicamente constituídas devem ser levadas em conta para compreendermos a razão pela qual, apesar da nova concepção vigente de biblioteca dinâmica, ainda permanece a visão de que lugar de livro didático (o excedente) é na biblioteca, portanto, lugar adequado para esse tipo de material, mesmo que tal visão venha favorecer a ocupação do insuficiente espaço físico que é destinado à biblioteca comprometendo outras práticas que poderiam ser desenvolvidas neste espaço.

5 DISCUSSÃO E ANÁLISE

Retornando aos preceitos da Análise do Discurso, podemos mencionar o que é destacado por Mittmann (2001, p. 88), isto é, que “a relação discurso-texto não é uma relação direta e tranquila; ao contrário, a língua resiste e é trabalhada pela história” o que conduz ao equívoco de sentido, “e o não dito se atravessa como presença silenciosa, elíptica, no próprio dito”. Assim, ao responsável pela biblioteca escolar incidirá atribuir sentidos diferentes frente a proposta dos programas de distribuição de livros (PNLD/PNBE). A interpretação em certa direção se dará porque em relação ao texto analisado, há formulações que poderiam ter sido ditas naquelas condições de produção. Não foram mencionadas, mas estão lá ressoando e provocando movimentos de sentidos.

Na resolução nº 60/2009 o termo biblioteca não aparece, seja para cumprir seus propósitos, seja porque a equipe multidisciplinar para a elaboração do documento não contou com um bibliotecário. No entanto, aparecem os termos comuns ao espaço da biblioteca: acervos de obras complementares, acervo de dicionários e demais termos que remetem à biblioteca: “o uso, a conservação e devolução de livros”. A biblioteca não foi contemplada, mas os termos utilizados traz à lembrança este espaço, “a presença na ausência”.

A partir do Artigo 5º o documento passa a descrever o trabalho envolvido no “atendimento com os livros didáticos para as escolas”, o que remete ao trabalho realizado em bibliotecas. Para citar apenas duas ações: escolha dos livros didáticos – relação com o processo de aquisição do acervo; reposição anual – relação com a conservação do acervo. Isto é, o recebimento do livro didático enviado pelo PNLD demanda um trabalho muito parecido com o que já é feito na biblioteca. Apesar do propósito ser completamente diferente, as atividades na distribuição dos livros didáticos remete ao fazer do bibliotecário. Embora o próprio documento não faça alusão à biblioteca, o leitor das instruções o faz a partir da sua formação discursiva.

No Artigo 7º fica estabelecido que “A execução do Programa ficará a cargo do FNDE e contará com a participação da SEB, das secretarias de educação dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, das escolas participantes e dos professores, por meio de procedimentos específicos” e descreve o que compete a cada órgão. No que concerne às escolas participantes, inciso IV alínea “c”, pode evocar, dependendo da inscrição do sujeito-discursivo, a biblioteca escolar, pois se instaurou historicamente a concepção de que é a biblioteca que dá acesso aos livros. Pelo serviço oferecido de empréstimo e devolução de livros, o setor que mais se enquadra com essa atividade de distribuição de livros é a biblioteca.

Após descrever como devem ocorrer os trabalhos de distribuição dos livros didáticos pela escola, no Art. 8º, parágrafo 2 passa a indicar:

Durante o prazo referido no parágrafo anterior, os livros didáticos serão repassados aos alunos e professores para uso no decorrer do período letivo, a título de cessão definitiva, no caso do material consumível, ou cessão temporária, no caso de material reutilizável, sendo obrigatória sua conservação e devolução à escola ao final de cada ano.

A devolução deve ser feita à escola, diz o documento. Não especifica a biblioteca ou outro setor, já que cabe à escola escolher. Os efeitos de sentidos pela falta de especificidade apresentada aqui, pode ocasionar posições diferentes e, se “a língua resiste e é trabalhada pela história” o que conduz ao equívoco de sentido, se faz necessário recorrer a outro documento importante que a biblioteca escolar deveria possuir. Trata-se da política de acervo, documento oficial comum a todas as bibliotecas e que norteia as ações/decisões quanto ao desenvolvimento de coleção. Este documento é elaborado por uma comissão que o discute e a determinado período sofre as devidas atualizações.

O silêncio da biblioteca propicia a aceitação da tomada de decisão por parte dos que, por não terem familiaridade com os procedimentos internos praticados e que são costumeiros à biblioteca, resolvem por ela o que será feito do material distribuído pelos programas citados.

Podemos destacar que o PNDL que contém o livro didático não é responsabilidade da biblioteca e não deve compor o seu acervo, posto que sua destinação é estar de posse dos alunos. Os materiais para a formação do acervo da biblioteca são distribuídos pelo PNBE. A carta circular que acompanha esse material deixa claro que o livro didático é atribuição do “responsável pelo aluno” (pedagogo, técnicos em assuntos educacionais). Há uma distinção em cada documento, mas que é obscurecido no sujeito-discursivo. Ocorre um apagamento, uma vez que a noção de biblioteca historicamente construída mostra-se mais forte e se sobrepõe à concepção atual de biblioteca como espaço dinâmico de aprendizagem. Desta maneira, a formação discursiva dos sujeitos envolvidos traduz diferentes interpretações sobre o local para acondicionar este material.

Após essas considerações, e recordando Orlandi (1996), as diferentes posturas em relação a esta temática significa que o sentido dado depende do sujeito, no modo como é interpelado ideologicamente, sendo que a postura finalmente adotada apresenta-se como interpretações possíveis.

6 CONCLUSÃO

Ao discorrermos acerca do acondicionamento do livro didático na biblioteca escolar por ocasião da entrega e, posterior devolução desse material enviado pelo Ministério da Educação aos alunos, procuramos destacar os diferentes discursos instaurados a partir do entendimento da materialidade discursiva da Resolução nº 60 de novembro de 2009 que dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático para a educação básica. A partir dos quais, pode-se dizer que emergem as diferentes vozes constitutivas do sujeito.

Desde as acepções advindas do senso comum, onde a biblioteca é percebida como um espaço de organização e manutenção de livros; concepção esta historicamente constituída, até a percepção atual de biblioteca escolar entendida como um espaço de expressão e aprendizagem integrado ao processo educacional (IFLA, 2013), instaura-se conceitos distintos de bibliotecas a partir da inscrição do sujeito. Deste modo, a formação discursiva dos sujeitos envolvidos traduz diferentes interpretações sobre o local para acondicionar este material. E, em função do silenciamento da biblioteca na aceitação da tomada de decisão por parte dos que resolvem por ela o que será feito do material distribuído pelos programas citados, concretiza-se o acondicionamento do livro didático neste espaço, em detrimento do trabalho em prol da leitura, uma excelente oportunidade para a biblioteca envolver-se com práticas leitoras.

Portanto, em defesa da biblioteca escolar, destacamos a necessidade premente da existência de documentos específicos que regem as ações desenvolvidas neste espaço (Política de Desenvolvimento de Coleção/ Regulamento Interno da Biblioteca). Sua inexistência revela uma despreocupação para com os documentos que poderiam assegurar uma constância nos procedimentos internos, mesmo ocorrendo o remanejamento constante de pessoal.

Esperamos que a realidade das bibliotecas seja paulatinamente alterada para corresponder à nova configuração de biblioteca proposta por autores na contemporaneidade e por documentos oficiais que destacam a sua importância enquanto organismo vivo e dinâmico, seguindo muito além de um simples setor de “apoio” que não possui uma estratégia pedagógica diferenciada e de pouca representação quando realiza ações específicas no contexto educacional.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vera Teixeira de. O caminho dos livros: da biblioteca à comunidade. In: AGUIAR, Vera Teixeira de; MARTHA, Alice Áurea Penteadó (org.). **Territórios da leitura: da literatura aos leitores**. São Paulo: Cultura Acadêmica. ASSIS: NEP, 2006, p. 255-267.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Bibliotecário escolar: seu perfil, seu fazer. In: SILVA, Rovilson José da; BORTOLIN, Sueli (Orgs.). **Fazeres cotidianos na biblioteca escolar**. São Paulo: Polis, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 11.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Política de desenvolvimento de acervo das bibliotecas escolares**. Belo Horizonte: Programa de Bibliotecas, Grupo de Estudos de Acervo, 2009.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CAZARIN, Ercília Ana. A leitura: uma prática discursiva. **Linguagem em (Dis) curso-LemD**. Tubarão, v.6, n.2, p.299-313, maio/ago.2006.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP. 1999.

COLOMER, Teresa; CAMPS, Anna. **Ensinar a ler, ensinar a compreender**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

COLOMER, Teresa. **A formação do leitor literário**. narrativa infantil e juvenil atual. São Paulo: Global, 2003.

DIAS, André. Apontamentos sobre leitura, literatura e formação do leitor. **Cursos da Casa da Leitura**, v. 3. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

FRAGOSO, Graça Maria. A Lei e seus desdobramentos. In: Biblioteca Escolar: que espaço é esse? **Salto para o futuro. TV Escola**, Ano 21, boletim 14, out.2011. Disponível em: <http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/191705Bibliotecaescolarqueespaçoesse.pdf>. Acesso em: jun 2013.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso: reflexões introdutórias** 2.ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

FOUCAULT, Michel. Retornar à História. In: Motta, M.B. (org.) M. Foucault. **Ditos e Escritos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: Diálogos e duelos**. São Carlos: Claraluz, 2004.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IFLA. **Diretrizes da IFLA/UNESCO para a biblioteca escolar**. Disponível em: < <http://ifla.org/VII/s11/pubs/sguide02.pdf> >. Acesso em: 4 nov.2013.

INDURSKI, Freda. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNST-PEREIRA, Aracy; FUNKC, Susana Bornéo (Orgs.). **A leitura e a escrita como práticas discursivas**. Pelotas: Educat, 2001.

OBATA, Regina Keiko. Biblioteca interativa: construção de novas relações entre biblioteca e educação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, Nova Série, v.1, n.1, p.91-103, 1999.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Interpretação: autoria**, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

MITTMANN, Solange. Heterogeneidade constitutiva, contradição histórica e sintaxe. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v.6, n.1 p.85-101 – jan./jun.2010.

PERROTTI, Edmir. **Confinamento cultural, infância e leitura**. São Paulo: Summus, 1990.

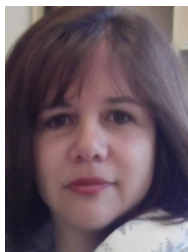
PECHÊUX, Michell. **Semântica e discurso**. Campinas: UNICAMP, 1988.

Resolução/CD/FNDE nº 60, de 20 de novembro de 2009 (REVOGADA). Disponível em: <<http://www.fn.de.gov.br/fnde/legislacao/item/3369-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-60-de-20-de-novembro-de-2009>>. Acesso em: maio 2013

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Criticidade e leitura: ensaios**. São Paulo: Global, 2009.

MINI BIOGRAFIA

Solange Palhano de Queiroz (solangepalhano@utfpr.edu.br)



Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6481488921613586>

Bibliotecária na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR - Campus Guarapuava. Possui experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em mediação da leitura literária, biblioteca escolar e competência informacional. Especialista em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Bacharel em Biblioteconomia. Atualmente integra o corpo docente do programa de Mestrado em Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO.